



**Presidência da Fiocruz**

**Vice-Presidência de Educação,  
Informação e Comunicação**

# **Fórum da Escola de Governo Fiocruz**

Rio de Janeiro, 31 de março 2022



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
Fundação Oswaldo Cruz

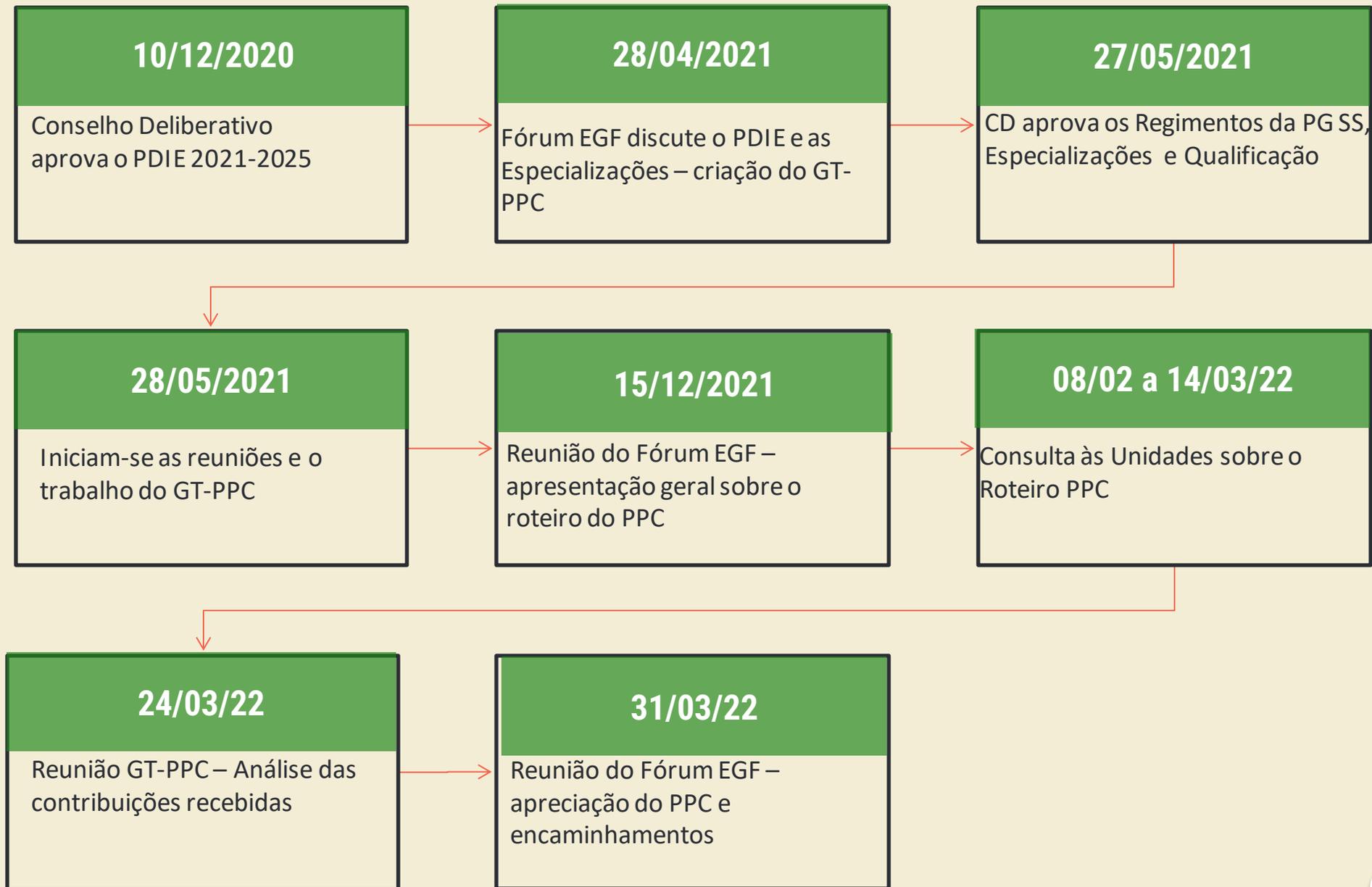
[www.fiocruz.br](http://www.fiocruz.br)

# Projeto Pedagógico de Curso - PPC

- Instrumento de gestão, de natureza acadêmica, que se baseia em normativas educacionais internas e externas à instituição ofertante.
- Orienta o currículo para o perfil do egresso desejado, especifica as concepções pedagógicas e metodológicas, as estratégias de ensino-aprendizagem e avaliação.
- Além de observar os aspectos legais/formais, o PPC deve ser alinhado à identidade da instituição, ou seja, à sua Missão e Valores, especificando no projeto de curso as intencionalidades relacionadas aos objetivos educacionais, sociais e culturais visualizados pela instituição formadora.

# PPC na Fiocruz

- O roteiro atual foi elaborado em 2016 para harmonizar os documentos de cursos ao contexto de credenciamento institucional da Fiocruz como Escola de Governo (e o cadastramento de cursos no sistema e-MEC).
- O novo roteiro de PPC, em construção desde 2021, visa ajustar os itens do roteiro ao contexto do PDIE 2021-2025, ao novo Regimento das Especializações, e às definições estratégicas da Fiocruz (Congresso Interno, resoluções do CD, Portarias da Fiocruz).
- Transição de documento Word para formulário eletrônico.



# Documentos Fiocruz orientadores para PPC

- Resoluções dos Congressos Internos da Fiocruz
- PDIE 2021-2025
- Projeto Político Pedagógico - PPP (Capítulo 3 do PDIE)
- Regimentos da Pós-Graduação Stricto sensu, Especializações Lato sensu e Cursos de Qualificação
- PPP Unidade (quando houver)
- Documentos de Planejamento da Unidade
- Regimentos de Programas e Cursos da Unidade

# Principais normas ou legislações a seguir

- Res. CNE-CES n. 1/2018 (regula as especializações)
- Res. CNE-CES n. 395/2013 (contém o instrumento de avaliação externa das Escolas de Governo – com indicadores e requisitos legais a seguir)
- Portaria Fiocruz n. 491, de 20/9/2021 (estabelece as políticas afirmativas nas especializações e residências)

# Orientação do MEC para o PPC

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**RESOLUÇÃO Nº 1, DE 6 DE ABRIL DE 2018 (\*) (\*\*)**

*Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências.*

Art. 7º Para cada curso de especialização será previsto Projeto Pedagógico de Curso (PPC), constituído, dentre outros, pelos seguintes componentes:

I - matriz curricular, com a carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, contendo disciplinas ou atividades de aprendizagem com efetiva interação no processo educacional, com o respectivo plano de curso, que contenha objetivos, programa, metodologias de ensino-aprendizagem, previsão de trabalhos discentes, avaliação e bibliografia;

II - composição do corpo docente, devidamente qualificado;

III - processos de avaliação da aprendizagem dos estudantes;

Parágrafo único. Quando o curso de especialização tiver como objetivo a formação de professores, deverá ser observado o disposto na legislação específica.

# O Trabalho do GT-PPC

- Orientação geral: busca de maior integração entre as unidades, pela harmonização de diretrizes dos cursos → PPC como instrumento do planejamento educacional, fortemente congruente com o PDIE.  
**O novo roteiro incentiva refletirmos sobre a educação que queremos e as várias melhorias que podemos fazer ao longo do tempo.**
- Grupo constituído por pessoas de várias unidades da Fiocruz engajadas nas especializações e pela equipe da CLS.
- O GT concluiu a elaboração do novo roteiro (a ser validado coletivamente) e continuará ainda ativo para o processo de implantação do PPC pelas Unidades (divulgação/orientação do uso do novo documento).
- O novo roteiro é amplo e atende a várias funções: (a) especificar concretamente o Projeto Pedagógico; (b) fornecer informações exigidas para o cadastro no e-MEC; (c) fornecer os subsídios para as chamadas ou editais de cursos; (d) fornecer informações necessárias ao sistema SIGA/SIEF.

# Sobre a consulta às Unidades

Das 16 Unidades integrantes do FEGF, consultadas sobre o PPC, 06 enviaram contribuições:

- ENSP
- Farmanguinhos
- Fiocruz Brasília
- Fiocruz MS
- IFF
- INI

O Fórum das SECAs também enviou contribuições.

Os Vice-Diretores de Ensino foram consultados, mas não enviaram contribuições próprias.

# Comentários sobre resultado da consulta

- 1) O roteiro do PPC é especificamente dirigido à elaboração dos projetos de cursos de Especialização, por isso não foram incluídas sugestões de itens relacionados a outros tipos de cursos (como residências e qualificação).
- 2) O formulário do PPC deverá atender aos cursos presenciais ou a distância da Fiocruz, e em alguns itens existem especificidades (aspectos que não se aplicam).
  - A etapa de informatização do formulário será fundamental para construção de versão amigável em que cada modalidade somente terá que preencher itens que lhe sejam pertinentes.
  - Ademais, prevê-se a criação de notas orientadoras/explicativas que facilitem a compreensão do escopo do conteúdo a ser preenchido.

# Comentários sobre resultado da consulta

3) Alguns itens foram mantidos em seus aspectos mais restritos em razão de serem aspectos obrigatórios do cadastro sistema e-MEC, que tem limitações em seus campos de preenchimento.

(03) Modalidade (opções “presencial” e “a distância”)

(08) Área de Conhecimento (limitada a 11 itens extraídos da OCDE)

4) Alguns itens ainda estão em análise, aperfeiçoamento e ajustes na forma de nomear os itens:

(12) Origem do Curso (Demanda Fiocruz ou Externa)

(13) Cooperação/convênio/parceria

5) Em alguns itens sugestões de acréscimos não foram incorporadas, mas como há a categoria “outros”, ali poderão ser inseridas essas especificidades.

# Próximos passos para implantação do PPC eletrônico

- Debater e validar o roteiro pós-consulta Unidades no Fórum EGF (hoje, 31/3/22) 
- Até final de abril:
  - Finalizar os ajustes nos itens pendentes
  - Reunião CLS/GT-PPC com a CGE para apresentação e validação
  - Envio para o Fórum EGF e VDE das Unidades = versão final do roteiro PPC validada
- Na próxima reunião da CTE (data ainda a definir): apresentar informe qualificado sobre o Roteiro PPC em fase de implantação.
- Maio e junho: preparar o formulário eletrônico do PPC e materiais para a divulgação (guia de preenchimento, Oficina *online* com usuários etc.)
- Julho ou agosto: implantação do novo PPC (criar comunicação oficial da VPEIC com todas as unidades – VDE, FEGF, SECAs, Coordenadores de Especializações).
- Dezembro: avaliação da implantação e adoção de medidas de ajuste (se necessário) para o ano de 2023.

# Agenda de Trabalho FEGF 2022

- O ano já vai passando, os desafios são muitos e difíceis, precisamos fazer escolhas e avançar.
- De onde devemos partir para nossas definições?

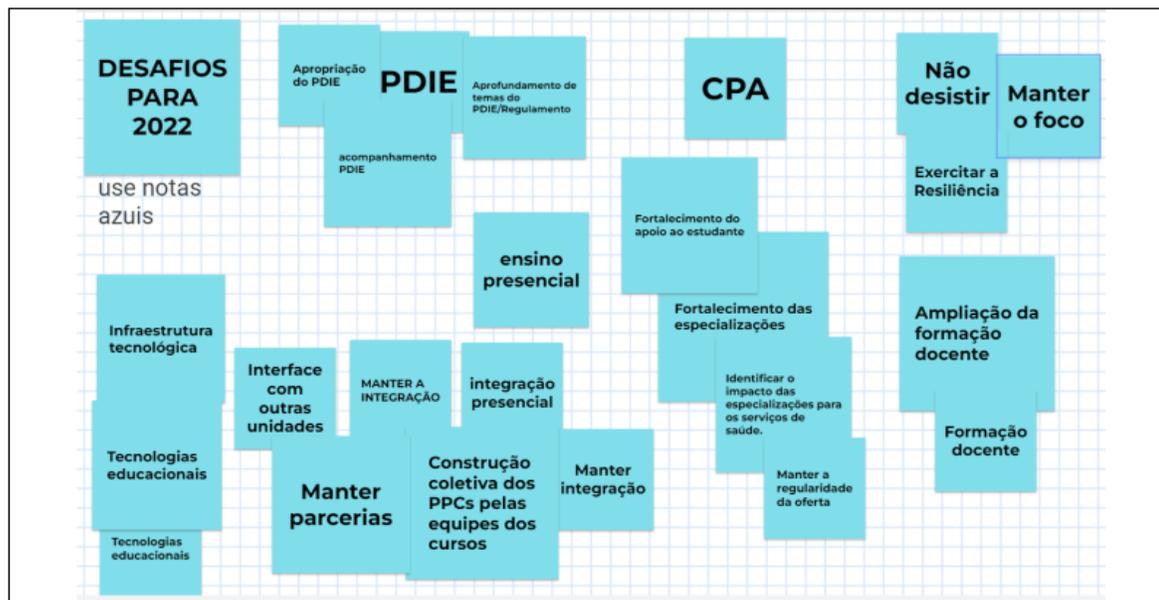
## **OBSERVAR:**

- **Reunião do FEGF 15/12/2021**
- **Definições sobre a EGF (2019)**
- **Análise contexto atual**

# Agenda de Trabalho FEGF 2022

- O ano já vai passando, os desafios são muitos e difíceis, precisamos fazer escolhas e avançar.
- De onde devemos partir para nossas definições?

## Desafios para 2022



## PONTOS A CONSIDERAR EM 2022

- Apoio à implementação de ações afirmativas relativas a cotas, acessibilidade e diversidade.
- Processo de aprovação e implementação do novo formulário PPC.
- Acompanhamento aos regimentos de curso/unidades (coerência com Regimento Geral das Especializações).
- Definição sobre o seminário Especializações (segundo semestre 2022?).
- Atualização da discussão do documento-base da EGF.
- Medidas para maior integração entre cursos de especialização (PPC / intercâmbios / encontros de docentes / disciplinas transversais / ações para melhoria da comunicação / produção de materiais didáticos comuns).
- Aprofundamento da autoavaliação e acompanhamento à implementação do PDIE.

# Novas datas para reunião do Fórum EGF



Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação – VPEIC  
Coordenação Geral de Educação – CGE

## Escola de Governo Fiocruz – EGF: definições básicas<sup>1</sup>

### Introdução: a Fiocruz como “Escola de Governo”

O termo “escola de governo” é de uso relativamente recente no Brasil, ganhando destaque após inserção na Constituição Federal em 1998 (pela Emenda Constitucional 19). Em que pese a variabilidade interpretativa, em geral o termo está associado a processos educacionais voltados à capacitação de servidores públicos e outros agentes que atuam nas políticas e na gestão pública.

A experiência histórica da Fiocruz na educação evidencia que a instituição, desde o início da oferta de cursos de aplicação em Manguinhos em 1908, tem um papel destacado na formação de servidores para o sistema de saúde, concomitante à sua atuação como centro de pesquisa, assistência e produção na saúde pública. Nesse sentido, a Fiocruz atua como “escola de governo” desde suas origens, ainda que essa expressão não fosse adotada.

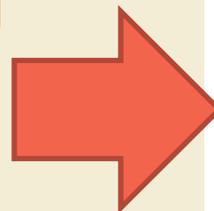
A partir dos anos 1990, o termo “escola de governo” passou a ser mais utilizado na Fiocruz, destacando-se a experiência pioneira da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP). As demais unidades, em graus diferenciados, passaram paulatinamente a expandir suas ofertas educacionais para o Sistema Único de Saúde, o sistema de ciência e tecnologia e, eventualmente outras áreas da gestão pública, com características de escola de governo. Nos congressos internos, desde 2001, afirmou-se a ideia de que a atuação como escola de governo é institucional e engloba todas as unidades da Fiocruz.

As mudanças nos mecanismos de regulação dos cursos de especialização *Lato Sensu* definidos pelo Conselho Nacional de Educação durante os anos 2000, exigiram que a Fiocruz buscasse a formalização do seu credenciamento institucional como escola de governo. Não sendo uma Instituição de Ensino Superior componente do sistema coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2014 o Ministério orientou que a Fiocruz buscasse o credenciamento único como escola de governo, de modo a solucionar as pendências das ofertas de cursos de especialização de todas as suas unidades.

O processo de preparação para o credenciamento institucional foi coordenado pela Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC), com participação dos Vice-Diretores de Ensino e das equipes das Unidades ofertantes dos cursos de especialização, organizados na SubCâmara do *Lato Sensu* da Câmara Técnica de Educação. Tal processo envolveu a elaboração de documentos-base – como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e avaliação externa pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP-MEC).

<sup>1</sup> Documento resultante de debates na Câmara Técnica de Educação, ao longo de 2017 e 2018 e contribuições enviadas por representantes de várias unidades da Fiocruz ao texto submetido à consulta interna em 2018. Esta versão foi produzida pela Coordenação Geral de Educação da Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação em abril de 2019, e discutida pela CTE em 16 de maio de 2019.

Eixos de Atuação /  
Integração das  
atividades  
educacionais



Quadro 1 - Escola de Governo Fiocruz: eixos de atuação e linhas de integração das atividades educacionais

Eixo de atuação	Linhas de integração
<b>Integração das unidades</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Promoção de troca de experiências relativa às práticas educacionais;</li><li>Identificação de pontos de interlocução para ações integradas;</li><li>Ampliação de ofertas interunidades;</li><li>Fortalecimento da rede de formação, por meio de fóruns e instâncias já existentes, tais como a Câmara Técnica de Educação – CTE e o Campus Virtual Fiocruz – CVF, com estímulo ao diálogo e troca de experiências;</li><li>Construção de um sistema para registro, sistematização e compartilhamento do conhecimento sobre as competências instaladas nas unidades;</li><li>Atendimento mais amplo das demandas de formação para o SUS e em Ciência, Tecnologia e Inovação para a Saúde, advindas dos órgãos públicos.</li></ul>
<b>Diretrizes Político-Pedagógicas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Reflexão sobre diretrizes político-pedagógicas comuns à Fiocruz, partindo dos documentos institucionais existentes;</li><li>Aprimoramento dos princípios que norteiam as práticas pedagógicas nas unidades da Fiocruz, considerando os diversos formatos e modalidades de oferta;</li><li>Aprofundamento da reflexão sobre o papel da Escola de Governo para a saúde pública, com o fomento à pesquisa sobre Escola de Governo;</li><li>Fortalecimento e integração de iniciativas de debate sobre Educação na Saúde, com destaque às contribuições sobre formação pedagógica dos docentes engajados na oferta educacional para o SUS;</li><li>Mapeamento de práticas educacionais inovadoras e identificação de experiências para o fortalecimento de programas institucionais de educação <i>Lato Sensu</i>.</li></ul>
<b>Fluxos e Regulação</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Ações para ampliação do conhecimento das unidades sobre as diretrizes educacionais da Fiocruz e sua interação com as orientações dos órgãos reguladores;</li><li>Pactuação e adoção de procedimentos comuns mínimos relacionados à organização da oferta educacional;</li><li>Atualização e harmonização de regimentos e regulamentos gerais de ensino, comuns às unidades, sempre considerando a autonomia.</li></ul>
<b>Acompanhamento e monitoramento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Acompanhamento das ações de <i>Lato Sensu</i> pelas unidades, com base nas diretrizes da Fiocruz e nos critérios estabelecidos pelo MEC;</li><li>Implementação da autoavaliação institucional coordenada pela CPA, contribuindo para a consolidação de uma cultura de avaliação;</li><li>Análises dos resultados das atividades educacionais no <i>Lato Sensu</i> para as políticas públicas de saúde e de ciência, tecnologia e inovação.</li></ul>

# Agenda de Trabalho FEGF 2022

## **Proposta para hoje:**

- Pactuar quantos encontros virtuais teremos / reservar datas e horários = pré-agenda
- As datas serão confirmadas 15 dias antes; se necessário remarcar para próximos dias
- Listar temas/tópicos a abordar

## **Sugestão de calendário para as reuniões**

- 31 de março = hoje
- 30 de maio (segunda)
- 05 de agosto (sexta)
- 27 de setembro (terça)
- 30 novembro (quarta)

# Agenda de Trabalho FEGF 2022

## Listar temas/tópicos a abordar:

### Sugestões com base no que discutimos hoje:

- Modalidades educacionais – a questão presencial/EAD, ensino remoto, ensino híbrido (aspectos político-pedagógicos, regulatórios, tecnológicos, etc).
- Aspectos da política educacional integrada (fluxo de aprovação de cursos; padronizações de documentos comuns; formatos de TCC; padrões de avaliação de aprendizagem nos cursos; etc.)
- Ações afirmativas em implementação – avanços e dificuldades; aprendizados comuns; parcerias...
- Sistema de Gestão Acadêmica (SIGA) – o que podemos melhorar (troca de experiências, desafios).
- Docência nas Especializações – quem somos, formação docente, intercâmbios.

**O que mais estaria em nosso cenário mais urgente?**

**Quais são as sugestões que podemos levantar?**

**É possível priorizar alguns desses tópicos?**